

A. I. N° - 232893.0519/07-8
AUTUADO - JOCLAL AUTO PEÇAS LTDA.
AUTUANTE - MARIA ROSALVA TELES e ERIVELTO ANTÔNIO LOPES
ORIGEM - IFMT SUL
INTERNET - 20/09/2007

3ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF N° 0303-03/07

EMENTA: ICMS. INSCRIÇÃO CADASTRAL. AQUISIÇÃO INTERESTADUAL DE MERCADORIA POR CONTRIBUINTE COM INSCRIÇÃO INAPTA. EXIGÊNCIA DO IMPOSTO POR ANTECIPAÇÃO. O tratamento previsto para os contribuintes com inscrição inapta por motivo de cancelamento é o mesmo que se atribui a contribuinte sem inscrição, ou a mercadoria sem destinatário certo, por isso, é devido o imposto por antecipação. Auto de Infração **PROCEDENTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O Auto de Infração, lavrado em 19/05/2007, refere-se à exigência de R\$600,31 de ICMS, acrescido da multa de 60%, por falta de recolhimento do imposto na primeira repartição fazendária da fronteira ou do percurso, sobre mercadoria adquirida para comercialização, procedente de outra unidade da Federação, por contribuinte com a inscrição estadual inapta (cancelada). Mercadorias acobertadas pelas Notas Fiscais de números 001887, 567954, 007560 e 007559

O autuado, por meio de advogado, apresentou impugnação (fls. 19 a 21), alegando que recolheu o ICMS Antecipação Tributária referente ao mês 03/2007, conforme comprova o DAE que acostou ao PAF, autenticado no Banco Bradesco S/A, Agência 3062-7, em 16/05/2007, e no dia 17/05/2007 solicitou reativação da inscrição estadual, conforme processo nº 08230320072. Quanto à exigência do imposto no valor apurado pelo autuante (R\$600,31), o autuado reconhece que é devido o mencionado valor, e será recolhido de forma tempestiva. Discorda da cobrança da multa, pedindo que a mesma seja anulada. Diz que na data de lavratura do Auto de Infração (19/05/2007) encontrava-se totalmente em dia com o Fisco estadual, tendo em vista que efetuou o recolhimento do DAE referente ao mês 03/2007 em 16/05/2007, tendo solicitado a reativação da inscrição estadual desde 17/05/2007. Argumenta que não se pode arbitrariamente notificar um ato distinto daquele qualificado pela lei, tributando um fato gerador, que no seu entendimento, não ocorreu. Assevera que a empresa já tinha sido regularizada e não causou prejuízo ao Fisco. O autuado entende que foi injustamente efetuado o presente lançamento, por algo que não existe, e por isso, pede que este órgão julgador acolha as razões de defesa, impugnando a multa aplicada. Afirmar que houve equívoco do autuante, alegando que a sua inscrição estadual estava e está apta para efetuar quaisquer tipos de comercialização. Pede a completa anulação da multa constante do Auto de Infração.

A informação fiscal foi prestada às fls. 37/38, pelo Auditor Fiscal Silvio Chiarot Souza, com base no art. 127, § 2º do RPAF/99, recorrendo inicialmente sobre a imputação fiscal e as razões de defesa. Quanto ao Documento de Arrecadação Estadual juntado aos autos pelo defendente, relativo ao mês 03/2007, diz que não há qualquer relação com a exigência fiscal, e por isso, a alegação do autuado é irrelevante. Em relação ao argumento defensivo de que foi protocolado o pedido de reativação de inscrição antes de iniciada a ação fiscal, informa que em 19/05/2007, quando da ação fiscal, o contribuinte ainda encontrava-se inapto no cadastro, e seu pedido de reativação ainda não havia sido apreciado. Salienta que o fato de o contribuinte solicitar a reativação não significa que seja acatado automaticamente. Dessa forma, o autuado se precipitou antecipando uma decisão que poderia ser de indeferimento do pedido, e por isso, ele deveria aguardar a regularização cadastral, deixando suas compras em “stand-by”. Opina pela procedência do Auto de Infração.

VOTO

Da análise acerca das peças e comprovações que compõem o processo, constato que as mercadorias constantes das Notas Fiscais de números 1887, 567954, 7560 e 7559 foram apreendidas, sendo lavrado o conseqüente Auto de Infração, porque a inscrição estadual do estabelecimento destinatário encontrava-se inapta (cancelada).

As mercadorias têm como remetentes empresas situadas no Estado de São Paulo, estavam acobertadas pelas citadas Notas Fiscais, fls. 12 a 15 do PAF, e se destinavam ao autuado, cuja inscrição estadual efetivamente encontrava-se cancelada na data de lavratura do Auto de Infração, conforme extrato INC – Informações do Contribuinte, fls. 07/08, constando que o cancelamento ocorreu pelo Edital 12/2007, datado de 04/05/2007.

O cancelamento da inscrição estadual do contribuinte implica não ser o estabelecimento considerado inscrito enquanto persistir a pendência. Por isso, o tratamento previsto para os contribuintes com inscrição cancelada é o mesmo que se atribui a contribuinte sem inscrição, ou a mercadoria sem destinatário certo. Assim, a legislação estabelece que no primeiro posto fiscal de fronteira deveria o contribuinte efetuar o pagamento do imposto.

O autuado alega que recolheu o ICMS Antecipação Tributária referente ao mês 03/2007, conforme o DAE que acostou ao PAF, autenticado no Banco Bradesco S/A, Agência 3062-7, em 16/05/2007, e no dia 17/05/2007 solicitou reativação da inscrição estadual, conforme processo nº 08230320072.

Em relação à cópia do Documento de Arrecadação Estadual apresentado pelo defendente à fl. 31, concordo com a informação fiscal de que não há qualquer relação com o presente lançamento, e por isso, não é acatada a alegação defensiva.

Quanto à alegação do defendente de que solicitou reinclusão, observo que embora o pedido do autuado tenha sido cadastrado antes da autuação, em 17/05/2007 (fls. 28/29), o mesmo deveria aguardar o deferimento de seu pedido para realizar quaisquer operações. Assim, também não é acatado o argumento defensivo.

Quanto à multa, que também foi objeto de contestação pelo autuado, a sua aplicação é conseqüência da falta de recolhimento espontâneo do imposto, o que resultou na lavratura do presente Auto de Infração, tendo sido indicado corretamente o percentual de 60%, de acordo com o art. 42, inciso II, alínea “d” da Lei 7.014/96.

Concluo que está caracterizada a infração apontada, sendo devido o imposto exigido, conforme demonstrativo de débito elaborado pelo autuante, fl. 04 do PAF.

Face ao exposto, voto pela PROCEDÊNCIA do Auto de Infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 3ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE** o Auto de Infração nº **232893.0519/07-8**, lavrado contra **JOCLAL AUTOPEÇAS LTDA.**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento do imposto no valor total de **R\$600,31**, acrescido da multa de 60%, prevista no art. 42, inciso II, alínea “d”, da Lei nº 7.014/96, e dos acréscimos legais.

Sala das Sessões do CONSEF, 12 de setembro de 2007

ARIVALDO DE SOUSA PEREIRA – PRESIDENTE/RELATOR

OSMIRA FREIRE DE CARVALHO RIBEIRO DA SILVA - JULGADORA

OLAVO JOSÉ GOUVEIA OLIVA - JULGADOR